

## **Plano de Ação para Coordenação da Área 21 da CAPES**

Esse documento apresenta uma proposta para a coordenação futura da área 21. Trata-se de uma proposta integrativa, que foi elaborada por um grupo que pretende trabalhar em conjunto nessa coordenação. A proposta foi elaborada com base em nossas experiências pessoais junto à Pós-Graduação da área 21 e considerou nossa participação em fóruns, debates e outros ambientes, em que ouvimos a comunidade da Pós-Graduação da Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional.

Inicialmente apresentaremos nossas experiências acadêmicas e administrativas, que, em parte, justificam nossa disponibilidade para atuar na coordenação da área 21.

**Prof. Rinaldo Roberto de Jesus Guirro** – professor associado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP, comissão de trabalho do Ministério da Educação para elaborar as Diretrizes Curriculares do Curso de Fisioterapia e como avaliador da SESU e INEP (1996 a 2006), coordenador do PPG em Fisioterapia da UNIMEP (2002 a 2008), comissão de criação do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Área 21 (2002), comissão conjunta do Ministério da Educação e do Esporte para elaborar o Projeto Pedagógico da Universidade do Esporte (2013), coordenador do PPG em Reabilitação e Desempenho Funcional da FMRP/USP (2014-2018), comissão QUALIS Livro da Área 21 (desde 2003), comissão de avaliação da Área 21 (desde 2003), coordenador Adjunto do Mestrado Profissional (2012-2013), coordenador Adjunto da Área 21 (2014-2018).

**Profa. Claudia Lucia de Moraes Forjaz**, professora livre docente da Escola de Educação Física e Esporte da USP (EEFE-USP), Chefe do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano da EEFEUSP (2009-2011), Presidente da Comissão de Pós-Graduação e Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Educação Física e Esporte da EEFE-USP desde 2015, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Hipertensão (2014-2016), Membro da Comissão de Reconsideração da Avaliação CAPES (2010), Membro da Comissão Qualis CAPES (2016), Membro da Comissão da Avaliação Quadrienal CAPES (2017).

**Ana Luiza Navas**, Profa Adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), Diretora do Curso de Fonoaudiologia da FCMSCSP (2008-2017),

Vice coordenadora Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Comunicação Humana FCMSCSP,- Coordenadora do Núcleo de Relações Internacionais da FCMSCSP, Comissão de Avaliação de Cursos de Graduação e Institucional MEC – INEP (desde 2007), Diretora Científica da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (2006-2009).

## **DESAFIOS, ATUAÇÕES E PRINCÍPIOS**

Ao longo dos anos, as últimas coordenações da área 21 se esforçaram e conseguiram obter uma evolução considerável da Pós-Graduação nas áreas de Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. Nesse sentido, em pouco mais de uma década, passamos de uma área com poucos Programas, formação primordial de mestres e produção intelectual em pequena quantidade e com baixa qualidade para uma área que hoje possui 67 Programas, sendo que a metade oferta cursos de doutorado (52%), e que gera uma produção intelectual expressiva em termos de quantidade e qualidade (mais de 17000 produtos, sendo 37% nos estratos A1+A2 e 27% em B1 no quadriênio 2013-2016). De fato, a área encontra-se, atualmente, totalmente inserida no panorama nacional da Pós-Graduação, sendo, portanto, papel da próxima coordenação, consolidar essa posição e buscar a excelência da área, refinando e ajustando os caminhos coletivamente estabelecidos pela área.

Nesse sentido, a visão desta proposta de coordenação é que a área possui grandes desafios, que devem ser enfrentados no próximo quadriênio, sendo eles:

- 1) Garantir a formação pós-graduada de alta qualidade;
- 2) Aumentar a formação pós-graduada no que tange a formação de doutores e a ampliação dos cursos profissionais;
- 3) Considerar a diferenciação entre os níveis e as modalidades de formação – mestrado e doutorado / acadêmico e profissional
- 4) Respeitar e lidar com a diversidade das subáreas, dos tipos de investigação e publicação e das regiões nacionais.
- 5) Dar subsídios para a excelência nacional e internacional da área.

Ressalta-se que a atuação da Coordenação da área junto à CAPES envolve várias atividades, entre as quais destacam-se: a atuação no direcionamento e avaliação de

propostas de cursos novos (a partir de APCNs - Aplicativos para Proposta de Cursos Novos), a definição e aplicação de critérios com base nos aspectos previstos pela CAPES para a avaliação regular dos Programas, a atuação junto à busca e direcionamento dos financiamentos previstos pela CAPES e a contribuição junto ao Conselho Técnico-Científico (CTC) da CAPES. Nesse sentido, é intuito dessa proposta de coordenação, a atuação em todas essas instâncias no intuito de enfrentar com sucesso os desafios expostos.

Para tanto, essa proposta baseia-se em três **princípios**, que serão seguidos e que nortearão as ações a serem tomadas:

- 1) Participação da comunidade
- 2) Desenvolvimento dos Programas
- 3) Evolução, integração e valorização da área 21

### **Participação da Comunidade**

Ao longo dos anos, diferentes espaços têm sido utilizados para a discussão da pós-graduação da Área 21, entre eles o Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da Área 21, o Fórum da Coordenação da Área 21, o Fórum de Pesquisadores das Subáreas Socioculturais e Pedagógicas da Educação Física, o Fórum Permanente de Pós-Graduação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, o Fórum Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Fisioterapia, o Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, o Encontro Internacional de Audiologia e o Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, entre outros. Além de representar os Programas e as subáreas, esses fóruns são importantes locais para se discutir e propor critérios e estratégias para a evolução da pós-graduação na área 21. Essa proposta para a coordenação da área 21 entende que esses espaços devem ser mantidos e incentivados, pois a maturidade crescente das discussões é evidente, o que muito contribui para a área. Uma proposta de maior efetivação da comunicação entre esses espaços e a coordenação da área é, além da participação presencial da coordenação nesses eventos, elaborar e compartilhar documentos finais com as decisões tomadas, que devem ser encaminhados à coordenação da área para análise e discussão com as comissões instituídas - APCN, Qualis Livro, Qualis Periódicos e de Avaliação, o que já tem sido feito em alguns desses ambientes, mas não em outros.

Além de ouvir esses espaços de debate, as últimas coordenações da área 21 da CAPES preconizaram um rodízio parcial dos membros das comissões que as auxiliavam

nas avaliações de diferentes instâncias (APCNs, QUALIS, QUADRIENAL, Financiamentos, etc). Essa abertura para a participação da comunidade acadêmica, visando a troca de experiências e trazendo novas coordenações de Programas para a discussão e tomada de decisões, tornou o ambiente mais rico e possibilitou a democratização das decisões. Essa proposta para a coordenação da área 21 valoriza essa participação ampliada nas Comissões.

Além das propostas anteriores de maior contato com a comunidade acadêmica, as gestões anteriores utilizaram-se de documentos oficiais para informar a comunidade sobre os processos avaliativos. Consideramos esses documentos essenciais e propomos a simplificação dos textos. Além disso, entendemos ser fundamental a execução de seminários e oficinas para melhor entendimento dos procedimentos e a abertura de um canal de comunicação dinâmico entre a coordenação e os Programas, bem como com os proponentes de APCNs.

Dessa forma, a proposta para essa coordenação é de manutenção e ampliação do debate com a comunidade da pós-graduação.

### **Desenvolvimento dos Programas**

Como apontado anteriormente, o desenvolvimento da Área 21 tem sido expressivo nos últimos anos, o que pode ser observado pelo aumento do número de submissões de APCNs, com conseqüente aumento dos PPGs recomendados pela CAPES, bem como pela quantidade e qualidade da produção científica declarada, além da ampliação da formação de mestres e doutores. O panorama atual sugere a manutenção desse crescimento quantitativo e qualitativo da Área 21 no próximo quadriênio, impondo um desafio importante para a próxima coordenação. Esse crescimento futuro deve responder ao aumento da demanda da pós-graduação da área, nomeadamente à necessidade de **formar doutores altamente qualificados**, que possam atender os cursos de graduação e pós-graduação, além do campo de trabalho externo ao ambiente acadêmico, bem como **garantir a produção de conhecimento científico relevante e inovador**. Cabe à coordenação da área 21 primar, direcionar e auxiliar o desenvolvimento e fortalecimento dos Programas para atingir essas metas e, nesse sentido, essa proposta de coordenação da área 21 entende que os seguintes objetivos devem ser buscados:

- 1) A criação e consolidação de Programas **fortes e estáveis**
- 2) A formação **sólida e completa** do aluno
- 3) A produção de conhecimento **de qualidade**
- 4) A garantia de espaço para **a inovação** científica, tecnológica e de formação

Atingir esses objetivos depende da adoção de medidas que possam, ao mesmo tempo, manter a formação de recursos humanos qualificados e ampliar a qualificação da produção intelectual, considerando e respondendo às necessidades e características específicas de cada subárea, cada nível de formação, cada tipo de formação e de cada região do país. Somente a clareza dos critérios, o estabelecimento de critérios estáveis e a transparência do processo de avaliação, acompanhados de ações proativas apoiadas pela CAPES, poderão assegurar a oferta e o desenvolvimento dos Programas de pós-graduação em todas subáreas e regiões brasileiras. Nesta proposta de coordenação, entendemos que é nesse sentido que as ações da coordenação da área 21 devem ocorrer nas instâncias de avaliação anteriormente reportadas: avaliação de programas novos (APCNs), avaliação do Programas regulares (Quadrienal), avaliação de financiamentos e atuação na avaliação do CTC.

Entendemos que o processo avaliativo da CAPES compõem-se não apenas da atribuição de notas sobre o resultado final da evolução dos Programas, mas também de um processo em evolução, que tem função de direcionar a área com base em parâmetros estabelecidos pela própria área. Entendemos que esse processo mudou ao longo do tempo respondeu às demandas necessárias e se aperfeiçoou. Entretanto, é momento de ser repensado, aproveitando-se os pontos positivos e propondo-se mudanças para alguns aspectos que tenham perdido sua aplicação. Nesse sentido, apresentamos abaixo nosso entendimento sobre o processo avaliativo da CAPES. Essa proposta foi feita com base nos debates estabelecidos em fórum anteriores e na experiência acumulada ao longo dos anos. Trata-se de uma visão aberta a debate, sugestão, críticas e discussão.

#### ***Avaliação – princípios, critérios, entendimento***

O modelo atual de avaliação da CAPES teve importância fundamental para a evolução e estabelecimento da Pós-Graduação no Brasil, porém sua fundamentação sobre inúmeros itens específicos, muitas vezes redundantes e basicamente quantitativos, que foi fundamental para determinar os caminhos a serem seguidos, gera hoje métricas

equivocadas, cujas reais capacidades de avaliar a qualidade são questionáveis, além de tenderem a tornar todos os Programas semelhantes, minando a inovação. Nesse sentido, o novo quadriênio necessita de uma cuidadosa reanálise dos critérios e pesos adotados para a avaliação. Nessa reflexão, entendemos como princípios para repensar a avaliação, três pontos principais:

- 1) **Simplificação** – o processo precisa de menor número de critérios e métricas, possibilitando melhor entendimento e aplicação.
- 2) **Qualificação e quantificação na medida correta** – o processo precisa de: i) alguns critérios a serem cumpridos, sem os quais os Programas não devem existir, pois eles definem a expectativa da área em relação ao que a pós-graduação deve oferecer; ii) alguns critérios que sejam qualificados para cada conceito, ou seja, o que se espera de um Programa 3, 4 ou 5; e iii) alguns critérios quantificados e qualificados que possam estratificar a qualidade dos programas.
- 3) **Contextualização** – o estabelecimento dos critérios de avaliação deve considerar as diferenças internas dos Programas (e.g. docentes jovens, consolidados e antigos devem ser considerados de forma diferente), as diferenças externas dos Programas (como diferenças regionais, tipos de programa, nível de formação do programa, tamanho do programa, etc) e as características da produção intelectual dos docentes (segundo as subáreas e as divisões dentro das subáreas: exatas, humanas, biológicas).

Com base nesses princípios, alguns aspectos específicos dos pontos da avaliação podem ser apontados:

Na avaliação da **proposta do Programa**, é necessária uma discussão coletiva quanto aos princípios que regem as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e os projetos de pesquisa (individuais ou guarda-chuva), bem como um entendimento coletivo da formação de qualidade, com o estabelecimento de critérios para a formação básica, específica, pedagógica e prática. Essa definição de princípios e critérios comuns aos Programas deve permitir e ser complementada por características de formação e produção intelectual específicas de cada Programa, possibilitando o respeito à diversidade e à inovação na formação. Após essa definição, é necessário o estabelecimento de um roteiro flexível para auxiliar o preenchimento da proposta.

Na avaliação do **docente**, os critérios precisam ser simplificados. Vários deles já cumpriram sua função e, atualmente, não contribuem para a avaliação. Por outro lado, é necessário o estabelecimento de critérios mínimos a fim de garantir a operacionalidade, a independência, a consolidação de um quadro estável de docentes e a afinidade do corpo docente com a proposta do Programa. Além disso, é possível estabelecer critérios de qualificação mínima dos docentes para cada conceito, considerando-se as diferenças no nível de carreira, do tipo do Programa, do tamanho do Programa, entre outros.

Na avaliação do **discente**, o processo deve evoluir no sentido da análise da produção discente efetivamente derivada do Programa. Nesse sentido, a análise separada da produção dos discentes atuais e da produção dos egressos nos parece mais lógica e de mais fácil compreensão, além de permitir o estabelecimento de métricas mais simples. Outros aspectos, como o tempo de formação, precisam ser repensados em função de seu real impacto sobre a qualidade da formação e da produção de conhecimento.

Considerando-se a avaliação da **produção intelectual**, a área evoluiu de forma bastante expressiva no último quadriênio. Nesse sentido, entendemos que na avaliação dos periódicos, a inclusão dos ADEs, da divisão do impacto em *Science* e *Social Science*, e a aplicação da convergência foram passos importantes para garantir a epistemologia da área e respeitar as diversidades internas. Em relação à avaliação de livros, entendemos que o processo evoluiu de forma interessante e que a inclusão da plataforma de livros foi muito importante. No entanto, vemos que os critérios e pesos devem ser repensados, uma vez que esse tipo de produção precisa ser mais valorizado, com ajustes no processo e nos critérios atuais, de forma a contemplar as discussões da área. Para completar, nesse aspecto da avaliação da produção intelectual, essa proposta de coordenação de área entende que a avaliação deve evoluir no sentido de avaliar a **produção efetivamente derivada do programa e vinculada ao discente**, considerando-se as diferenças entre Programas novos e antigos e dos docentes novos e antigos. A ideia de avaliação de um certo número de produtos por docente no quadriênio (seis, oito, dez ou outro número a ser estabelecido), avaliando-se a relação desses produtos com os discentes do programa e sob sua orientação, a relação dos produtos com as teses e dissertações, a relação dos produtos com a proposta do Programa parece permitir uma análise qualitativa mais efetiva, palpável e transparente, minimizando assim o caráter predominantemente quantitativo.

Em relação à **produção técnica**, as dificuldades enfrentadas pela área ao longo dos anos para realizar essa avaliação sugerem que os critérios que estão sendo propostos não

estão sendo eficientes. De fato, uma discussão ampla sobre as finalidades e impactos distintos desse tipo de produção nos programas acadêmicos e profissionais é necessária. Uma possibilidade a ser discutida é a produção técnica dos programas acadêmicos ser definida por critérios mínimos a serem obtidos para cada conceito, enquanto que nos cursos profissionais, a avaliação de um certo número de produtos por docente no quadriênio (seis, oito, dez ou outro número a ser estabelecido), avaliando-se a relação desses produtos com o Programa, como proposto para a produção intelectual, pode ser interessante.

Da mesma forma, que a produção técnica, a avaliação da **inserção social** tem sido uma dificuldade nas avaliações progressas e, nesse sentido, a definição de impactos mínimos para cada conceito, bem como um roteiro de como relatar essas atividades no relatório podem contribuir para uma avaliação mais precisa.

Finalmente, uma polêmica constante após as avaliações são as notas obtidas por cada Programa. Nesse sentido, entendemos que há a necessidade de os Programas serem ouvidos quanto às suas expectativas, e terem a oportunidade de defenderem essas expectativas. Assim, entendemos que a avaliação deve incluir um espaço de auto avaliação, no qual os Programas apresentam a nota pretendida e o embasamento para sua obtenção. Da mesma forma, os Programas candidatos às notas 6 e 7, devem apresentar suas candidaturas e a justificativa para a obtenção dessas notas.

Além da avaliação regular dos programas, a avaliação das propostas de criação de novos Programas (APCNs), apesar do aumento expressivo do índice de aprovação nos últimos anos, ainda é crítica para a área. Nesse sentido, preocupa a reprovação de muitas propostas, tornando necessária a ação da coordenação da área no sentido de definir de forma mais clara os requisitos mínimos em cada item de avaliação, a execução de reuniões anteriores ao preenchimento da proposta com as instituições que desejam submeter propostas e o incentivo à integração e parceria desses Programas novos com os consolidados, facilitando não só a criação, mas também a manutenção e direcionamento inicial dos Programas novos. Particularmente, em relação aos programas Profissionais, a área precisaria também avançar na consolidação e estímulo a novas propostas. Considerando a área da Saúde, a proporção de Mestrados Profissionais é muito maior do que se apresenta para nossa área, visto que apenas 3,2% (dois programas) dos programas



da área 21 são profissionais, enquanto que essa porcentagem nas demais áreas da saúde variam até 36%.

As avaliações de financiamentos e as posições da coordenação junto ao CTC devem refletir sempre os princípios supramencionados e a defesa das posições tomadas pela área em seus debates e discussões.

### **Evolução da Área 21 - Políticas e ações estratégicas**

Apesar do crescimento quantitativo e qualitativo, há necessidade de definição de planos estratégicos de desenvolvimento de cada programa (recomendação da comissão de avaliação da CAPES) e de um plano estratégico da área como um todo. Considerando-se a área, é entendimento desta proposta de coordenação que ela deve manter uma política de fortalecimento da interdisciplinaridade, integração e a internacionalização.

A **interdisciplinaridade** deve ser incentivada. Dessa forma, a integração das subáreas deve valorizar a coerência entre o perfil dos pesquisadores/docentes, dos projetos desenvolvidos e da produção científica com a identidade dos programas independentemente da área de formação do docente/pesquisador. Nesse sentido, deve-se valorizar a atuação vinculada ao Programa, ou seja, à área de concentração, às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa do Programa, o que permite ampliar os horizontes da multidisciplinariedade sem, no entanto, desconsiderar a identidade da área 21 e de suas subáreas.

A **integração** das subáreas e dos Programas deve ser buscada. Nesse sentido, a coordenação deve pensar em estratégias de incentivo e valorização de ações e atividades integrativas, principalmente, com repercussões de qualidade e impacto para a área.

A **internacionalização** é essencial para a área. A inserção internacional é um processo necessário à evolução da pós-graduação. No entanto, as etapas evolutivas desse processo precisam ser entendidas pela área. A internacionalização caracteriza-se por um conjunto de ações dos Programas com Universidades, grupos de pesquisa e pesquisadores pertencentes a instituições estrangeiras cientificamente estruturadas. Essas ações colaborativas pressupõem fluxo constante de trocas de experiência, que caracterizem um relacionamento relativamente constante entre os docentes e discentes envolvidos e que devem resultar em desfechos mutuamente interessantes. Nesse sentido, normalmente a internacionalização se inicia de forma unidirecional, se estende para a troca bidirecional e sua efetivação é verificada pela produção em parceria e pela formação conjunta de recursos

humanos. O incentivo à internacionalização, com a avaliação da etapa em que encontra esse processo e a busca de estratégias específicas para a evolução do grau de internacionalização deve ser meta da área. Como esse processo deve pautar a avaliação dos PPGs elegíveis para as notas 6 e 7, esses Programas devem demonstrar desempenho diferenciado dos demais programas da área na formação de recursos humanos e produção de conhecimento equivalente a centros internacionais.

Essas são nossas propostas para a coordenação da área 21, que pretendemos seguir com o apoio e as contribuições dos Programas que a compõem.